

Breves considerações historiográficas sobre o Nacionalismo

Tácio Barbosa¹

Introdução: A história do nacionalismo e sua intersecção com a globalização são temas que têm ganhado destaque nas discussões contemporâneas sobre identidade, política e cultura. O fenômeno da globalização, que se intensificou nas últimas décadas, trouxe consigo uma série de transformações que desafiam as noções tradicionais de estado-nação e nacionalismo. Neste contexto, diversas correntes historiográficas têm se debruçado sobre a análise crítica do nacionalismo, questionando sua relevância e adaptabilidade em um mundo cada vez mais interconectado. Autores como Octavio Ianni e André Moysés Gaio argumentam que, embora a globalização promova uma maior circulação de ideias e pessoas, ela não necessariamente resulta na obsolescência do nacionalismo. Em vez disso, a crise do estado-nação pode ser vista como uma oportunidade para repensar as relações de poder e as identidades culturais em um cenário global. A Escola dos Annales, por exemplo, propõe uma abordagem interdisciplinar que desafia as narrativas históricas tradicionais, enfatizando a importância de fatores sociais e econômicos na formação das identidades nacionais. Este texto busca explorar essas questões, analisando como a historiografia contemporânea aborda o nacionalismo e os impactos da globalização nas políticas nacionais, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais atuais.

Palavras-chaves: Nacionalismo, Globalização, Historiografia.

Neste texto, faremos breves considerações, explorando como a história nacional e o fenômeno do nacionalismo foram abordados, ou não, por diversas correntes historiográficas. Buscaremos também entender as questões relacionadas à globalização e os impactos que esse fenômeno provoca nas políticas nacionais.

Segundo Octavio Ianni, no curso da história das ciências sociais, seu objeto está sempre se modificando. Quase sempre houve um enfoque principalmente na sociedade nacional, no estado-nação, no indivíduo ou no ator social, às vezes dando mais importância a um deles e outras vezes considerando ambos ao mesmo tempo (IANNI,1996). E o que tem sido mais comum são as perguntas sobre a sociedade nacional, o estado-nação, a soberania e o controle político. Geralmente, usando várias teorias, as ciências têm conduzido pesquisas para entender esses problemas e algumas de suas partes (IANNI,1996).

Portanto, é importante reconsiderar o papel e a importância da nação, reconhecendo que a globalização está afetando a forma como a entendemos em aspectos históricos e teóricos. A ideia de nação, que costumava ser fundamental no paradigma clássico das ciências sociais, está sendo substituída ou redefinida pela ideia de uma sociedade global, que é central no novo paradigma (IANNI,1996).

¹ Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui Pós-Graduação (lato sensu) em História e Cultura no Brasil pela ESPG - Escola Superior de Planejamento e Gestão (UniESPG); Pós-graduação (lato sensu) em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas de Aprendizado no DESCOMPLICA; Pós-graduado (lato sensu) em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar no DESCOMPLICA. É Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A nação é uma criação simultaneamente geográfica, econômica, demográfica, cultural, social e política, com todas as características de um processo histórico. Forma-se e transforma-se segundo o jogo das forças sociais internas e externas, modificando-se de tempos em tempos, ou continuamente. Simbolizada no estado-nação, em geral adquire a fisionomia desta ou daquela classe dominante, deste ou daquele bloco de poder (IANNI, 1996, p. 83).

Octavio Ianni define a nação e o estado-nação como entidades paulatinamente anacrônicas, devido às dinâmicas e as forças das relações, processos e estruturas que se desenvolvem, no tempo presente, em escalas mundiais. E, portanto, com a globalização, os estados-nações se tornam cada vez mais obsoletos, com o livre mercado e as indústrias não se importando mais se estão ou não em territórios nacionais específicos (IANNI, 1996).

Segundo o autor, ao considerarmos uma perspectiva de longa duração e uma visão abrangente, o conceito de estado-nação se revela como um processo histórico complexo, repleto de contradições e transitório. Em diferentes épocas, o estado-nação foi definido em termos de soberania, seja real ou aspirada, ampla ou limitada. No entanto, na era da sociedade global, ele passa por uma transformação radical, evoluindo gradualmente ou, às vezes, repentinamente, para se tornar uma entidade subordinada à sociedade global, ideia desenvolvida recentemente e que não é um consenso.

Falar sobre a globalização refere-se a um conjunto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que são percebidas globalmente. Em suas manifestações mais evidentes, essas transformações estão frequentemente vinculadas a avanços tecnológicos. As inovações tecnológicas, e a rapidez com que ocorrem no mundo contemporâneo, levam a crer que a globalização representa um fenômeno totalmente inédito (CAMPOS, 2007).

Alguns autores situam os primórdios da globalização no século XV, época que marca o início da expansão ultramarina promovida pelo mundo Ocidental, especialmente pelos portugueses e espanhóis. Há até quem destaque que muito antes desse período já ocorriam contatos comerciais entre diferentes povos e até viagens intercontinentais, por exemplo, na Antiguidade, os fenícios, notáveis comerciantes e navegadores, exploravam as terras do Mediterrâneo desde a sua costa asiática e adentravam o Atlântico, alcançando especialmente a costa ocidental portuguesa (CAMPOS, 2007).

Concordamos até certo ponto com essas mudanças oriundas do fenômeno da globalização, uma vez que, desde a explosão tecnológica do último século, as informações e as relações pessoais se tornaram bem mais fáceis. Hoje é possível manter contato e se manter informado por notícias de grande parte do mundo, com exceção do que ocorre em regimes autoritários, como a Coreia do Norte, e de regiões mais empobrecidas nas quais o acesso à informação se torna mais difícil.

Entretanto existe uma problemática nessa afirmativa, de que a globalização estaria tornando os estados-nações e, portanto, o nacionalismo obsoleto. André Moysés Gaio em um dos seus textos, produzido

para um capítulo do livro *Desafios da Globalização*, argumenta que o fenômeno da globalização teria se originalizado na década de 1990, após o fim da Guerra Fria (GAIO,2000). E, junto com esse fenômeno, surgira o argumento de que a “nova ordem mundial” se espalharia pelo mundo novamente e que os países deveriam abrir suas portas para o capital estrangeiro e se desmilitarizarem, pois as relações pessoais se tornariam mais importantes que as pretensões nacionais (IANNI,1996).

É possível perceber uma certa hipocrisia nesse argumento utilizado principalmente pelos Estados Unidos. Uma vez que enquanto os países em desenvolvimento diminuíram seus investimentos militares e aderiram aos preceitos do liberalismo e livre mercado, os países mais desenvolvidos, especificamente os Estados Unidos, continuaram com altos investimentos militares e com suas políticas extremamente protecionistas nacionais (GAIO,2000).

Portanto, lhes apresento nosso questionamento. Diante desse contexto do fim da Guerra Fria e da derrota da União Soviética, os Estados Unidos emergem como a “principal” potência econômica e militar. Com poderio bélico tão expressivo a ponto de terem uma política externa assustadoramente autoritária, como nos casos envolvendo a Nicarágua, Haiti e Iraque, entre tantos outros. Estaríamos passando por um período de crise dos estados-nação devido ao fenômeno da globalização ou estamos vivenciando um novo Imperialismo, por parte dos Estados Unidos?

Entretanto, para Ianni, a globalização do mundo está marchando para o fim do estado-nação. Este, se encontra em declínio, sendo redefinido e obrigado a se rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo global. Não um fim por completo, mas ele não será mais o mesmo (IANNI,1996).

Além de Ianni, com suas perspectivas mais voltadas para a sociologia, Virginia Maria Fontes, historiadora, também entende que o estado nacional estaria em crise, visto que ela destaca a democracia como uma das principais conquistas sociopolíticas do último século e a inclusão mais ampla de grupos historicamente marginalizados, como jovens, negros, mulheres e minorias, resultando de lutas sociais. Esses processos têm origem na larga adesão ao uso da internet, que conseqüentemente teria desencadeado uma crise nos estados-nação (FONTES, 1998).

Quando falamos da "crise do nacionalismo e da nação", é inevitável não mencionar a Escola dos Annales, uma corrente historiográfica que tem como característica o ímpeto de reinventar os tradicionais métodos de estudar a História. A História tradicional, “historicista”, que sobrevalorizava figuras heroicas e se limitava ao âmbito local e nacional, além de considerar a fonte escrita como verdade absoluta no estudo histórico, é superada por essa abordagem.

Portanto, foi com a Escola dos Annales, liderada inicialmente por Marc Bloch e Lucien Febvre, que uma outra forma de estudar História ganhou renome. Agora, uma história que se concentrava no aspecto social e defendia a importância da questão-problema, promovendo abordagens interdisciplinares para a

história e incorporando métodos de outras disciplinas, como geografia, antropologia, sociologia e economia, na análise histórica.

Marc Bloch valorizava a importância do exercício de comparar e, a partir dessas ideias de superar os limites da perspectiva tradicional da História nacionalista, a História Comparada surge. Entretanto, alguns autores atuais acreditam que a História Comparada teria falhado em seu projeto inicial e apenas redesenhou o exercício de comparação, mas com base nas perspectivas nacionalistas. José D'Assunção Barros, um historiador brasileiro nos estudos de Historiografia Comparada, apresenta uma pergunta para essa problemática: "Se a resposta for positiva, como retomar mais seriamente esse projeto perdido?" (BARROS, 2019, p. 4)

A perspectiva da História global é aprender os múltiplos pontos de vista e depois interconectá-los. Trata-se de construir uma História sem um centro único. E, segundo Barros, é a partir do uso da História global juntamente com a História Comparada que alguns métodos historiográficos de análise surgem. Como é o caso da História Transnacional, que busca quebrar com a ideia tradicional de que estudar algo deva obrigatoriamente respeitar os limites locais e nacionais. Para se adotar uma perspectiva transnacional eficaz, é preciso evitar que a "nação" seja posicionada como a categoria central que orienta o pensamento historiográfico. A nação deve ser considerada um objeto de estudo, não sendo o contexto que molda a pesquisa como uma categoria estática e inquestionável.

Para Fontes, a crise da História Nacional não é uma dificuldade que possa levar ao desaparecimento dos estados-nação ou à perda de sua capacidade de intervir politicamente e de exercer seu papel cultural, político e econômico. Mas um problema, que com a mundialização surgiram organizações sociais que construíram reivindicações e estratégias que transbordam as fronteiras dos estados nacionais, sem uma preocupação específica com a economia e a política, mas sim com o eixo da cidadania. (FONTES, 1998).

Novos tempos, novas preocupações e, certamente, novas interpretações. Essa é a nossa rotina, a dinâmica da vida de qualquer historiador (MAIA, 2017, p. 51).

Com o término da Guerra Fria, um período político caracterizado pela divisão global entre aqueles que apoiavam as ideologias socialistas/comunistas e os defensores do capitalismo liberal, a historiografia da época se viu confrontada com um ambiente incerto e desafiador. Alguns historiadores começaram a argumentar que sua disciplina estava passando por um período de "crise".

Segundo a perspectiva de George Duby, os eventos históricos são relativos, e essa "desconfiança" em relação à contextualização não apenas dos eventos, mas também em relação à objetividade positivista, leva os historiadores a examinarem suas fontes com uma abordagem imparcial. Contudo, esse exercício não é realizado de maneira plena. Isso ocorre devido à subjetividade das fontes e à constatação de que os historiadores não são inerentemente detentores da verdade (DUBY 1993, pp. 29-55).

Conforme DUBY, a história atualmente renuncia à busca ilusória da objetividade total, uma vez que as fontes não representam uma verdade absoluta, e os historiadores, com frequência, interpretam essas fontes com uma nova perspectiva. A interpretação é inerente, mas deve estar sujeita ao método, o qual não é inventado sem uma investigação científica, com regras e preocupações com a objetividade (DUBY 1993, pp. 29-55).

A partir dos anos de 1880 a disciplina histórica passa a ganhar certa autonomia universitária, deixando de ser dependente de outras disciplinas como a filosofia e as humanidades literárias. Pois a partir dessa data, na França, cria-se uma licença específica para o ensino de história, e o ofício de historiador se profissionaliza (DOSSE, 2001, p. 21-94).

Sendo assim, pela busca de uma identidade específica, os historiadores passam a programar metodologias historiográficas, rompendo com o “amadorismo” vigente até então nessa disciplina. Os autores estabeleceram de forma precisa as diretrizes para o método historiográfico, o qual envolve a realização de duas análises críticas das fontes: uma análise externa, predominante erudita, e uma análise interna, que se baseava em raciocínio e analogia. Além disso, a preservação da integridade dos documentos e a contenção da subjetividade foram igualmente consideradas como princípios fundamentais do que posteriormente viria a ser conhecido como a escola metódica (DOSSE, 2001, p. 21-94).

Entretanto, como podemos observar em diversos momentos da história, tanto brasileira como mundial, a história pode ser utilizada como ferramenta de coerção social e de afloramento do nacional no imaginário das pessoas. Portanto, o ensino da história nacional nas escolas, prática defendida por estudiosos da historiografia nacionalista do século XIX, passou a ser considerado uma metodologia problemática, uma vez que, com o uso da narrativa histórica, um sentimento de heroísmo pelo qual a coletividade nacional e os cidadãos se sacrificavam em prol de "um bem maior" passaria a ser comum (DOSSE, 2001, p. 21-94).

De fato, os estados-nações carregam problemáticas diversas e a historiografia nacional, quando não operada de forma adequada e utilizada como ferramenta de disputa para construções de memórias nacionais, se torna prejudicial para os estudos históricos. E a história social, principalmente a primeira geração da *École des Annales*, buscou combater essa historiografia que eles denominaram como historicistas. Entretanto, o que podemos perceber foi uma banalização não apenas dessa história nacional mal realizada, mas uma vulgarização de todo uso da história nacional.

A História, cujo principal objetivo é examinar as transformações que impactam a sociedade e buscar proporcionar explicações para essas mudanças, não está imune às mudanças. Dessa forma, há uma narrativa da história que registra as evoluções da sociedade e reflete as grandes oscilações de historiadores que se sucedem e não se parecem (RÉMOND, 2003).

René Rémond, ao descrever a *École des Annales*, menciona que essa geração alcançou a maturidade durante o período pós-guerra, conferindo-lhes uma perspectiva crítica e analítica única para examinar os acontecimentos econômicos e suas repercussões sociais. Essa postura implicou na rejeição da herança deixada pelos historiadores da geração anterior. O progresso da história econômica e social coincidiu com o declínio da narrativa dos eventos políticos, que, a partir desse momento, pareceu entrar em descrédito, como Rémond destaca, de maneira aparentemente irreversível (RÉMOND, 2003, p. 14). Em suas análises em relação a História Política, René Rémond aponta que no Antigo Regime a narrativa histórica era naturalmente estruturada com o intuito de glorificar o soberano e enaltecer a monarquia. As revoluções que derrubaram os sistemas monárquicos não deslocaram a história política de sua posição dominante, apenas alteraram seu foco. Em vez de concentrar-se na figura do monarca, a história política passou a abordar o estado e a nação, direcionando, a partir desse ponto, seus esforços para documentar a formação das nações, os conflitos por sua unidade ou independência, as revoluções políticas, a ascensão da democracia, as contendas partidárias e os embates entre diferentes ideologias políticas (RÉMOND, 2003).

Na França, desde o início do século XIX até o início do século XX, a narrativa histórica desempenhava um papel central na solidificação da identidade nacional. Nesse período, havia uma íntima interligação entre a consciência nacional e a escrita da história, estabelecendo assim o fundamento da função que parecia inerente ao historiador, o de exercer um papel patriótico ao pensar sobre as mazelas da sociedade. (DOSSE, 1987).

Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse. A renovação que há meio século marcou tão profundamente na França a disciplina histórica teve como alvo principal e primeira vítima a história política. Tudo a destinava a esse papel de inimigo sobre o qual concentrar o fogo das críticas de que toda nova escola necessita. Suas características, que pareciam constitutivas do estudo do político, faziam dela uma espécie de suma de todos os defeitos que uma nova concepção denunciava na história tradicional, que a jovem geração aspirava a substituir por uma visão mais conforme à realidade profunda: pois havia, subjacente ao requisitório contra a história política, uma controvérsia fundamental sobre a natureza das verdadeiras realidades sociais (RÉMOND, 2003, pp. 15-16).

Essa corrente historiográfica acreditava que o comportamento coletivo tinha mais importância, para o desenvolver da história como disciplina, do que as iniciativas individuais. E que os aspectos relacionados ao trabalho, à produção, às transações comerciais, ao estado das tecnologias, às evoluções tecnológicas e às dinâmicas das relações sociais resultantes tinham repercussões mais significativas e, portanto, mereciam maior atenção por parte dos observadores do que os sistemas políticos ou as

mudanças na identidade dos detentores de poder, cujas decisões, como se compreendia, apenas refletiam o estado das relações de força sociais ou refletiam realidades que precediam as escolhas políticas (RÉMOND, 2003).

Uma vez que a História Política tradicional, que se organizava em torno do estado, estudava a grandeza dos reinos, grandeza essa que fora edificada sobre o sofrimento dos humildes, pois a força desses regimes políticos se consolidava na obediência do povo e o crescimento econômico no esforço e sofrimento da multidão (RÉMOND, 2003).

Desta forma, a abordagem dos Annales para a interpretação da História evoluiu a partir de um profundo entendimento das experiências dos menos favorecidos. A empatia e a solidariedade com os menos privilegiados, juntamente com a simpatia pelos "esquecidos da história", alimentaram um forte desejo de corrigir as injustiças do passado e devolver-lhes o reconhecimento que mereciam (RÉMOND, 2003). A politização de uma sociedade consiste na existência de uma autoridade (princípio mediador) exterior à comunidade de base. Quando a integração social (ou sociopolítica) é bem-sucedida, a politização pública aumenta; pelo contrário, quando a sociedade se desintegra, aparece a privatização da política, e a politização pública se enfraquece. Em caso de total desintegração (anomia, revolução), o Estado pode desaparecer ou ser substituído por outro, de organização diferente. Alguns acham que, hoje em dia, embora não fosse pela via revolucionária, o Estado-nação tenderia a um radical enfraquecimento sob o golpe tanto do individualismo exacerbado quanto da mundialização do capital. Não parece, entretanto, que o mesmo se aplique, pelo menos no mesmo grau, aos Estados Unidos da América, potência hegemônica ou mesmo única potência efetiva no mundo de hoje. Existem autores que postulam que a “verdadeira” política passe hoje em dia, muitas vezes, por entidades supranacionais, exemplificadas pela Europa, pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) e pelo Fórum Social Mundial (FSM). As ONGs e o FSM demonstrariam uma internacionalização dos protestos e das lutas populares, ou seja, a sociedade civil, organizando-se em forma crescentemente internacional, estaria tratando de suprir a indiferença e as deficiências do “Estado mínimo” neoliberal em matéria social, todavia, não enxergo grande base empírica para tais afirmações. Também me parece inexistir uma alternativa efetiva ao Estado como forma de organização capaz de levar a cabo, tanto no presente como no futuro, a administração da sociedade e as mobilizações sociais imprescindíveis (CARDOSO, 2012, p. 38).

De acordo com Rémond, a combinação desses vários elementos justifica por que a história política perdeu credibilidade devido à mudança nas circunstâncias e à transformação das mentalidades. O ensino, que inicialmente seguiu a ideia de que a política deveria ser deixada de lado em favor da economia e das relações sociais, foi a marca desse movimento (RÉMOND, 2003).

A história, de fato, está intrinsecamente ligada à época em que é escrita, especialmente quando se trata da história política (RÉMOND, 2003). Suas flutuações são produto tanto das transformações que afetam

o campo político quanto das perspectivas adotadas pelo historiador ao abordar o aspecto político e de sua contemplação empírica, de vivências e das apreensões do nosso sentido. Portanto, segundo Rémond, a História Política, que fora por certo período rechaçada dos estudos históricos, voltaria a ganhar força novamente, uma vez que foi se percebendo que as decisões políticas poderiam modificar o curso da economia, por exemplo (RÉMOND, 2003).

O aumento evidente da influência das relações internacionais nos assuntos internos dos estados serviu como um lembrete de que a política exercia um impacto significativo sobre o destino das nações e das vidas individuais. Isso contribuiu para reforçar a noção de que o domínio político possuía uma substância própria e, de fato, desfrutava de certa autonomia em relação aos outros elementos da realidade social (RÉMOND, 2003).

Outra coisa atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo de observação da história: a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado. As fronteiras que delimitam o campo do político não são eternas: seu traçado conheceu muitas variações ao longo da história. Em nosso século, a evolução se fez no sentido da extensão: dizer que também o universo político está em expansão. Sob a pressão das circunstâncias que criavam situações Insólitas, de guerra total, de crise de uma gravidade sem precedente, e também para satisfazer às demandas de uma opinião pública que se voltava espontaneamente para os poderes públicos para responsabilizá-los por suas desgraças, ou exigir que as remediassem, sob a influência enfim de teorias que sistematizavam e legitimavam a intervenção do Estado, a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las? A prova disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre agrupamentos cuja finalidade primeira não era, contudo, política: associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política (RÉMOND, 2003, pp. 23-24).

Com o surgimento e sucesso da Escola dos Annales, essa História nacionalista perdeu espaço e fora substituída por uma História que mantinha relações com as Ciências Sociais. Foi a partir dos anos 1980 que um retorno de uma discussão historiográfica que mantinham elos com as questões nacionais acontece (DOSSE, 1987).

René Rémond define que a renovação da história política se deu devido a pluridisciplinaridade. Pois o contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas proporcionou a interseção entre

a ciência política e a sociologia. Muito certamente esse processo tem compelido o historiador a elaborar questionamentos que revigoram as abordagens históricas. Nesse sentido, conceitos como representação e consenso, amplamente discutidos na teoria política contemporânea, ao serem aplicados a contextos históricos antigos, oferecem uma nova perspectiva sobre eventos e fenômenos cuja complexidade se acreditava já ter sido desvendada e cujo significado parecia ter sido completamente explorado.

A política pode ser compreendida como o resultado das interações dinâmicas e sistêmicas ligadas ao exercício do poder, formando assim um "sistema político". No entanto, surge a indagação sobre até que ponto a integração nesse sistema pode ser alcançada por meio de artifícios, como a manipulação enganosa do "interesse geral" ou "bem comum", conceitos muitas vezes ocultos pela política. A realidade abrange uma dinâmica entre conflito e ordem social, sendo essa dinâmica explorada sob o termo "política". Esse fenômeno cria um "campo político", objeto de estudo da ciência política. Segundo Ciro Cardoso, essa perspectiva se desenvolve apenas em sociedades que não se percebem mais como regidas por providência divina, possibilitando questionamentos racionais sobre normas e a própria existência, sem aceitar instituições como algo evidente ou natural (CARDOSO, 2012).

A política representa um recurso de grande relevância para historiadores, pois possibilita a compreensão das influências deixadas na sociedade ao longo do tempo. Atualmente, muitos indivíduos têm a crença utópica de que a política detém a capacidade de solucionar todas as questões, inclusive as relacionadas às suas vidas pessoais. Portanto bastaria modificar os regimes políticos, para que todas as dificuldades da vida se resolvam.

Entretanto uma crítica de extremo poder, realizada pelos críticos das histórias políticas, era a de que a tradicional história política estava presa a curta duração do tempo. A história dos fatos políticos aparecia como uma história do efêmero e do instante. Contudo a nova história política abrange agora durações curtas, médias e longas no horizonte de estudo. E o presente trabalho buscará se aprofundar justamente na história política de longa duração, a das ideologias.

Em suma, a análise das correntes historiográficas sobre o nacionalismo revela a complexidade e a evolução desse conceito em um mundo em constante transformação. A globalização, embora tenha promovido uma interconexão sem precedentes entre nações e culturas, não necessariamente torna obsoleto o estado-nação ou o nacionalismo. Pelo contrário, os desafios contemporâneos exigem uma reavaliação crítica das identidades nacionais e das políticas que as sustentam. A obra de pensadores como Octavio Ianni e André Moysés Gaio nos convida a refletir sobre a necessidade de um diálogo entre a história nacional e as dinâmicas globais, reconhecendo que, em um cenário de crescente interdependência, as questões de soberania, controle político e identidade nacional permanecem centrais. Assim, a historiografia deve continuar a explorar essas interações, buscando compreender

como o passado e o presente se entrelaçam na construção de um futuro que respeite tanto as particularidades locais quanto as exigências globais.

Bibliografia:

ARENDETT, Hanna. “O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem” (Cap5, Parte II) e “Ideologia e terror: uma nova forma de governo” (Cap 4, parte III). In: **Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARRUDA, J. J. A. . “A crise do capitalismo liberal”. In: **O século XX. O tempo das crises**, v. 2, p. 11 - 34, 2000.

BARROS, José d’Assunção. **Histórias interconectadas, histórias cruzadas e abordagens transnacionais e outras histórias**. Secuencia (103), enero-abril, 2019.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança**. Ed. Edusp, 2019.

CAMPOS e **CANAVEZES**, Luíz e Sara. **Introdução à globalização**. Instituto Bento Jesus Caraça, abr. 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; **VAINFAS**, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____. **L’histoire en miettes** Paris: La Découverte, 1987.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Ed. UFRJ, 1993, p. 29 - 55.

FEKETE, Liz. “A Europa Adormecida”. In: **O racismo e a ascensão da extrema direita**. Lisboa: Bookout, 2021, p. 15.

GAIO, A. M. . “As reações das Instituições militares ao processo de globalização”. In: Paulo Edgar A. Resende; Octávio Ianni; L. Dowbor. (Org.). **Desafio da Globalização**. 2ªed.Petrópolis: Vozes, 1998, v. único, p. 50-60.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo** – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 75 – 98.

MAIA, Carlos. “A crise da história e a onda pós-estruturalista”. In: **Revista Maracanã, Rio de Janeiro**, PPGH UERJ, n. 18, p.50-65, jan./jun. 2017.

MELLO, Evandro Cabral de. **Um imenso Portugal: História e historiografia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MENDONÇA, Sônia e **MOTTA**, Marcia (org). **Nação e Poder: as dimensões da História**. Niterói: Eduff, 1998. (cap 1: A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica, por Virgínia Fontes; cap. 2: Nação, Estado e Território, por Milton Santos;).

REIS, Elisa Maria Pereira. **O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro**, 1988.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. **Memória pessoal, memória coletiva**. In A Memória, a história, o esquecimento, 2000, p. 105-142.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. e **SCHURSTER**, Karl. **Passageiros da tempestade: fascismo e negacionismo no tempo presente**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2022.